

ATA N.º 1/2024**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 29 DE
FEVEREIRO DE 2024**

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e quinze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de dezanove de fevereiro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação da Proposta da 1.ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação do pedido de declaração de utilidade pública para construção de Posto de Turismo, no lugar de Casais do Douro, Freguesia de Ervedosa do Douro;
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação do pedido de declaração de interesse público municipal de carácter estratégico – Aldeias da Ferradosa;
- Ponto 5 -** Análise, discussão e votação do pedido de declaração de interesse público municipal de carácter estratégico – Construção da Central Solar Fotovoltaica de Riodades;
- Ponto 6 -** Análise, discussão e votação da abertura do Procedimento do concurso público internacional para aquisição de Energia elétrica em MT (Média Tensão) BTE (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública) para o ano de 2024 – Constituição de agrupamento de entidades adjudicantes;
- Ponto 7 -** Eleição de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ao abrigo da alínea l) do artigo 17.º da Lei de Promoção e Proteção.

O Senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão apresentando os seus cumprimentos ao Executivo, na pessoa do seu Presidente, aos Senhores Membros da Assembleia, ao Público presente e aos funcionários que participam na sessão. De seguida, solicitou ao Primeiro-Secretário Senhor Tiago Silva que procedesse à chamada dos Membros da Assembleia.

Feita a chamada verificaram-se as ausências de José Fernando dos Santos, Cláudia Martins, João Almeida, Ricardina Aguiar, Carlos Miguel Carvalho, que apresentaram justificação e de António Jorge Silva que irá apresentar justificação. Alertou-se, ainda, que os restantes membros da Assembleia que estavam em falta deveriam apresentar posteriormente justificação no prazo definido no Regimento. Posto isso, verificou-se quorum para a realização da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que estavam presentes na Assembleia uma Turma de Alunos do Terceiro Ano do Centro Escolar de São João da Pesqueira, no âmbito do Projeto de Cidadania e Desenvolvimento, a quem deu as boas-vindas à Casa da Democracia e informou que, após aprovação da Assembleia, também eles iriam ter oportunidade de participar na Sessão, desejando que a sua presença possa ser útil para a aprendizagem na disciplina escolar.

Uma vez que havia público presente, o Senhor Presidente da Assembleia informou que caso alguém pretendesse fazer alguma intervenção, deveria para tal efectuar a sua inscrição na Mesa, referindo o nome e a morada, bem como o assunto a tratar, sendo que poderiam intervir na parte final da reunião, com intervenções limitadas a cinco minutos por cada cidadão.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia interpelou os representantes da autarquia eleitos para as várias comissões que informassem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos. Inscreveram-se as Senhoras Deputadas Mónica Pacheco e Anabela Sousa.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Mónica Pacheco, representante do Conselho Municipal de Educação, que deu nota de terem tratado de assuntos relacionados com o Jardim de Infância do Castanheiro do Sul, uma vez que se perspectivava que, no ano seguinte, esse Jardim de Infância ficaria apenas com um aluno, tendo sido decidido que iriam suspender a abertura desse Jardim de Infância até que houvessem mais crianças para frequentar o mesmo.

A Senhora Deputada Anabela Sousa, representante eleita para o Núcleo Local de Inserção, apenas informou a Assembleia de que, no transacto dia 22 de Fevereiro, tinham sido analisados, aprovados e homologados os Contratos de Inserção.

A Senhora Deputada Anabela Sousa fez chegar a sua intervenção à Mesa, de modo a ser transcrita e constar em Acta, *ipsis verbis*:

“Boa Tarde. Cumprimento a Mesa e Executivo, bem como todos os Deputados Municipais e Público. Tendo sido eleita como representante das Juntas de Freguesia no Núcleo Local de Inserção, cumpre-me informar o seguinte:

Foram realizadas duas reuniões: uma no dia 18 de janeiro (na qual não pude estar presente) e no dia 22 de Fevereiro. Foram analisados, aprovados e homologados contratos de inserção. Nada mais tenho a acrescentar. Obrigada”.

Dando continuidade à Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia informou que tinha chegado à Mesa uma Comunicação, que havia sido dirigida ao Presidente do Executivo e da Assembleia Municipal por vários subscritores, com um pedido de alteração do horário de encerramento de estabelecimentos comerciais, tendo sido também previamente distribuída aos Membros da Assembleia. No entanto, como o assunto se rege por um Regulamento próprio, o Presidente da Assembleia sublinhou que apenas se pretendia aferir a sensibilidade da Assembleia Municipal em relação ao pedido de alteração de horários, tendo solicitado ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse uma exposição sobre o que é que poderia, eventualmente, estar em causa. O Senhor Presidente da Câmara começou por saudar os Membros da Assembleia e Público presente e dirigiu uma palavra aos jovens alunos do Concelho, tendo-os felicitado pela presença na Assembleia, e desejou que a mesma fosse profícua, incitando-os a intervir e a participarem activamente na Sessão. Relativamente ao

documento peticionário de alargamento do horário dos estabelecimentos comerciais, o Presidente do Executivo lembrou que o Regulamento Municipal apenas permite que os Estabelecimentos Comerciais estejam abertos até às 02:00 horas da manhã, sendo que, estando em causa a extensão do horário, seria necessário discutir e aprovar o assunto na Assembleia Municipal, a quem compete deliberar as alterações ao Regulamento Municipal, após proposta da Câmara. E, sendo assim, explicou que teria de ser a Assembleia a discutir o assunto e, se for entendível que deve ser alterado e alargado o horário, a Câmara trará, à posteriori, o Regulamento para ser apreciado, discutido e submetido a votação na Assembleia.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu um período de inscrições para que os Membros da Assembleia se pudessem manifestar sobre o pedido de alteração de horários, dando opiniões sobre o tema, de modo a aferir a sensibilidade dos presentes, sendo que essas opiniões iriam ajudar a elaborar a alteração do Regulamento para posterior aprovação.

Inscreveram-se as Senhoras Deputadas Lourdes Marinho e Marcolina Sequeira, bem como os Senhores Deputados Teófilos Anjos, Frederico Selores, Vítor Tomé e Joaquim Carvalho.

A Senhora Deputada Lourdes Marinho começou por saudar os alunos presentes, recordando que, enquanto Professora, sempre tivera a preocupação de ajudar os alunos a compreenderem a Política como uma coisa séria. Relativamente à petição para alterar horários e, mais concretamente, o Regulamento, disse que essa matéria deveria ser tratada de forma mais formal, passando até pela Associação de Comerciantes, e não através de uma simples carta, devendo o assunto ser formalizado, devendo esperar-se pela sugestão da Câmara para ser analisada, discutida e aprovada numa próxima reunião.

A Senhora Deputada Marcolina Sequeira disse ter lido e compreendido as necessidades e inquietudes dos Comerciantes, mas sublinhou que o assunto é extremamente delicado: por um lado, há a questão do negócio e da parte lúdica, mas por outro lado há a questão dos vizinhos e do barulho nocturno. Seria, portanto, necessário encontrar um meio-termo, de modo a tentar-se obter uma situação de consenso para ajudar a resolver a questão, agradando aos comerciantes, aos frequentadores dos estabelecimentos nocturnos e à vizinhança.

O Senhor Deputado Teófilo Anjos interveio, tendo cumprimentado a Mesa, a Assembleia, o Público presente e aproveitou para saudar e dar as boas-vindas aos Alunos. Relativamente ao tema em análise, disse ser de decisão complexa, pese embora fosse de acordo estender o horário até às 04:00 horas da manhã em épocas como o Mês de Agosto, noites que antecedem Feriados e noites de Sábado/madrugadas de Domingo, pois é quando os Jovens saem à noite e, se os estabelecimentos fecharem às 02:00 horas da madrugada, os jovens acabam por ficar mais uns minutos nas portas dos bares e fazem barulho na rua, causando, por vezes, distúrbios na via pública. Depois, disse ser da opinião de alargar o Horário porque, se tal não acontecer, os Jovens acabam por sair do Concelho para outros Concelhos limítrofes, correndo riscos com deslocações e gastando dinheiro que já não fica no Concelho.

Pegou na palavra o Deputado Frederico Selores. Começou por cumprimentar a Mesa, o Executivo e os colegas Deputados, bem como os Alunos presentes, quíça potenciais deputados da Assembleia Municipal ou futuros Políticos da Região e, como tal, congratulou-se com a sua presença, devendo aprender como se faz política.

Relativamente à questão do alargamento do horário dos estabelecimentos nocturnos, disse ser difícil agradar a comerciantes, público e vizinhos, ou como se diz na gíria, agradar a gregos e troianos e, de modo a que o ónus não fique sob ninguém, deveria ser a Assembleia a decidir, ponderadamente, sobre o assunto, porque a diversão de uns não pode, nem deve ser, sacrifício para outros. Tratando o tema como um Acto de Civismo, e seguindo a regra de que aquilo que não queremos para nós também não devemos querer para os outros, apelou ao consenso de modo a não prejudicar o Comércio e a fixar os Jovens no Concelho. Assim, remeteu o assunto para análise e discussão numa próxima Assembleia, lembrando que se deveria procurar o “meio-termo” e que em Democracia a maioria vence, devendo depois ser aplicado o que for votado.

O Senhor Deputado Vitor Tomé cumprimentou todos os Presentes e, indo directamente ao cerne da temática em discussão, manifestou a sua opinião na qualidade de Comerciante, de vizinho de estabelecimentos de diversão nocturna e também enquanto membro-dirigente da Associação Comercial, considerando que o assunto deveria ter sido remetido e primeiramente discutido na Associação Comercial. Prosseguiu a sua intervenção, dizendo que ele próprio também havia assinado a petição, mas ressaltou que os Comerciantes que assinaram e dirigiram a Comunicação à Câmara e à Assembleia não vieram pedir nada para eles, em particular, mas antes para o Comércio, em geral. Portanto, o horário a fixar visará não apenas os existentes, mas todos os estabelecimentos de diversão nocturna que possam vir a existir em São João da Pesqueira. Depois, enquanto Deputado Municipal, disse ser importante conciliar vontades e entendimentos, de modo a proteger o desenvolvimento do Comércio, mas realmente proteger toda a gente envolvida. E apelou ao Município para “estudar” o assunto, recorrendo aos Técnicos Municipais, de modo a que se aprovasse a extensão de um horário, no meio-termo, envolvendo a Associação Comercial, até para dividir responsabilidades entre Câmara, Assembleia/Deputados Municipais e Comerciantes, aprovando um Regulamento que permita dispor desse horário a quem precisa e a quem frequenta os espaços.

O Senhor Deputado Joaquim Carvalho encerrou as intervenções sobre o tema. Cumprimentando os Presentes, referiu-se à diversão nocturna como um “pau-de-dois-bicos”. Na verdade, se é preciso haver comerciantes e empresas que desenvolvam o Concelho, também é preciso perceber e acautelar os riscos à volta dos estabelecimentos nocturnos, tais como o barulho, consumo de bebidas alcoólicas, etc. Visando especificamente o Regulamento, disse que, a ser alterado, terá que ser a Assembleia a fazê-lo e, em nome da Bancada do PNT, adiantou uma proposta para ser avaliada e discutida, em função do que estava em causa. Propôs que os estabelecimentos de diversão nocturna pudessem estar abertos até às 04:00 horas da manhã nas noites de Sábado, vésperas de Feriados e durante o Mês de Agosto.

Por último, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que havia percebido que havia sintonia entre os intervenientes, sendo preciso salvaguardar os

interesses económicos e a diversão dos jovens, mas também a questão do sossego. Como quase todos haviam referido um “meio-termo”, salientou que a Câmara iria ter isso em linha de conta e adiantou que iriam avançar com o pedido de alteração ao Regulamento, sendo que iria ser levado oportunamente à Assembleia para ser discutido e votado.

O Senhor Presidente da Assembleia deu, ainda, conta da Correspondência recebida, essencialmente proveniente da Associação Nacional das Assembleias Municipais, realçando a realização do Quarto Congresso da ANAM, que terá lugar no dia 18 de Maio, na cidade de Barcelos, e vários pareceres que foram transmitidos aos Senhores Deputados, nomeadamente relacionados com a acumulação de cargos públicos, com impedimentos e conflitos de interesse, com as competências da própria Assembleia Municipal e senhas de presença.

Não havendo mais informações a prestar passou-se, de imediato, ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da Ata n.º 5/2023, de 22 de Dezembro. Nada havendo em contrário, colocou a referida Ata à apreciação dos membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração e/ou correção e abriu as inscrições para que os Membros da Assembleia se pudessem pronunciar. Foram apresentadas correções à Ata pelo Sr. Presidente do Executivo, as quais, após análise da Mesa, foram aceites. Não havendo mais intervenções sobre a Ata, colocou-se a mesma à votação da Assembleia, tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados Frederico Selores, Maria de Lourdes, João Carlos Cardoso, Carlos Ventura e Marcolina Sequeira, que não haviam estado presentes aquando da última Assembleia Municipal. De seguida, abriu inscrições para quem pretendesse intervir no Período de Antes da Ordem do Dia. Inscreveram-se os Senhores Deputados Anabela Sousa, Joaquim Carvalho, Lourdes Marinho, Teófilo Anjos, Frederico Selores e António Balça.

A Senhora Anabela Sousa começou por parabenizar o Município pelos últimos eventos levados a cabo, destacando o Workshop realizado sobre a temática do Autismo e a Festa dos Saberes e Sabores do Douro. Aproveitou, ainda, para visar a Gala de Encerramento da Cidade Europeia do Vinho, realizada pela CIMDouro em Sernancelhe, tendo questionado o Presidente do Executivo sobre o impacto que o Evento, no seu todo, teve para a Região Demarcada do Douro. Por último, e direcionando a atenção para a pronta ação da Protecção Civil, aquando das últimas intempéries verificadas no Concelho e, mais propriamente na Freguesia a que preside, aproveitou para louvar a prontidão e rápida intervenção da Protecção Civil e demais funcionários do Concelho, que haviam sido excelentes no tocante à sinalização e desobstrução das vias, em prol do bem-estar dos cidadãos.

Foi dada a palavra ao Deputado Joaquim Carvalho que versou sobre o Concurso Escolas Novas ou Renovadas, um programa de recuperação e reabilitação de Escolas. A seu ver, o Concurso permitirá transformar as Escolas Básica e Secundária de São João da Pesqueira em Escolas mais modernas e mais atrativas, factores fundamentais para o sucesso e bem-estar dos estudantes. Na continuidade da sua intervenção, o Senhor

Deputado Joaquim Carvalho lançou o repto para que a Candidatura ao Concurso fosse bem pensada e arrojada, aproveitando as verbas de milhões de euros, uma vez que se tratava de uma grande oportunidade, dado que os valores por metro quadrado eram muito bons, existindo uma grande variedade de rubricas que permitirá fazer uma Obra considerável, transversal em várias valências, à imagem e escala de outras Escolas que beneficiaram de Medidas do Parque Escolar, de modo a que as Escolas que se pretendem no Século XXI fossem Escolas que permitam almejar um futuro melhor para os Alunos do Concelho. Alertou, no entanto, que a importância da Candidatura deve ser bem planeada porque a Câmara terá sempre que suportar uma parte do custo das Obras (como o IVA, por exemplo) e o valor total da Candidatura poderia, inclusive, colocar em risco outras Obras pensadas pelo Executivo para o resto do mandato. Assim sendo, apelou a que fossem auscultadas todas as partes envolvidas e a Assembleia e, dada a importância do Projecto, propôs, inclusive, que se contraísse um empréstimo para essa finalidade, caso viesse a ser necessário. E, concluindo, pediu ao Executivo que fizesse um ponto de situação sobre o estado da Candidatura.

Tomou a palavra a Deputada Lourdes Marinho Costa, intervindo com uma reflexão, que deixou na Mesa para ser transcrita:

"Aqui estamos hoje, saídos de uma pandemia, a lidar com os efeitos de uma inflação histórica, numa sociedade cheia de dilemas, a começar com os efeitos das alterações climáticas. Verificam-se desigualdades e insustentabilidade económica, insegurança, o avanço da violência doméstica e há bolsas de pobreza a aumentar, inclusive na classe infantil, onde há muita pobreza. O mundo caminha no movimento de inversão da globalização, de olhos postos em dois conflitos na Europa: a invasão da Ucrânia por forças Russas (há já dois anos) e, no Médio Oriente (há 5 meses), num contexto onde os populistas saem fortalecidos com a desordem e que deixam as populações permeáveis ao engano das propostas fáceis para problemas complexos.

Como se não bastasse, encontramos-nos mergulhados numa crise institucional interna, com recurso a eleições legislativas antecipadas. Os candidatos perfilam-se e o país assiste a um leilão eleitoral. As forças políticas apresentadas em escrutínio eleitoral só se preocupam em recorrer à manifestação dos factos e à exploração dos sentimentos básicos dos eleitores. Numas eleições cruciais para o país! O problema é que, no calor das campanhas e das discussões acesas dos candidatos, só assistimos a debates com questões de resposta imediata, que mais se assemelham a comentários de telejornal e a temas do dia-a-dia. Uma das muitas razões para a crise da Democracia... A insistência nas opções de curto prazo, essencial na luta pelo voto. Até agora, toda a campanha esteve dominada por temas como a saúde, educação, habitação, deixando para segundo plano temas que têm de ser tratados na Agenda Europeia, tais como a transição energética, a política migratória, desenvolvimento económico, estratégia de defesa, o alargamento europeu, o combate às condições climáticas, a agricultura, questões mais significativas sobre a sua visão de futuro. Perdeu-se mais uma oportunidade de debater assuntos que impactam o nosso futuro. É urgente que cada partido, cada candidato, se comprometa com a ideia que preconiza para o futuro do país em todas as dimensões e a longo prazo.

São necessários projetos de longa duração, capazes de mobilizar uma geração, e serem deixados como legado para as gerações vindouras.

O projeto a longo prazo que devemos continuar a impulsionar (e isso terá de ser obrigatório para todos) será a defesa da liberdade e da democracia. Mas até quando?! Eu estou a ver que cinquenta anos ainda não chegaram... O eleitor mais básico não tem a noção da responsabilidade que tem quando deposita o voto na urna. Após cinquenta anos, ainda não se aprendeu! Por isso, até quando nós vamos conservar a liberdade que nos foi dada com o 25 de Abril e a Democracia? Até quando?! Não tenhamos ilusões, só a Democracia salva a Democracia!

A dureza da Humanidade tem sido constantemente salva pela nossa capacidade de criar e de amar, sendo que a família tem sido o centro de ambas, porque a guerra não defende ninguém! A guerra apenas serve para enriquecer as empresas que fornecem armamento. Por isso, será que nós, em pleno Século XXI, ainda não temos capacidade de distinguir que a guerra é o mal?! Exigem-se líderes carismáticos, capazes de recuperar a fé na Democrática, com soluções políticas que resolvam os grandes problemas das nossas sociedades”.

Foi concedida a palavra ao Senhor Teófilo Anjos. Este, por seu turno, focou a sua intervenção na rápida e eficaz sinalização e execução dos trabalhos da Protecção Civil e no Whorkshop que havia decorrido sobre a temática do Autismo, classificando o Evento como excelente (dada a afluência verificada, a par da boa divulgação), tão importante como se de uma grande Obra se tratasse, a ponto de ter instado o Executivo a levar a cabo mais iniciativas idênticas pois, nos dizeres do mesmo, *“prestam um excelente serviço público a todos os Municípios”.*

Prosseguindo as intervenções no Período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Senhor Frederico Selores, que aludiu ao tema fucral que assola a Região Duriense, relacionado com as inúmeras problemáticas da viticultura, entre as quais a restauração da Casa do Douro, a necessidade de defender os interesses dos viticultores, recordando que o Município é o maior, em área de RDD, e talvez o melhor produtor de Vinhos, não esquecendo a importância que deve ser dada ao sector do Azeite.

Na prossecução da sua intervenção, e lançando um repto à Assembleia, o Senhor Frederico Selores, pediu que fosse pensado e criado um grupo de trabalho que permitisse avaliar as necessidades dos agricultores, em defesa do Douro e da Região, com a finalidade de exigir ao Ministério da Agricultura que, além de se preocupar, naturalmente com a Agricultura em geral, fosse criado um Gabinete/Responsável pela Viticultura de Portugal, em particular, e fosse direccionando um olhar mais atento e mais específico à Viticultura do Douro, porque, conforme o próprio sublinhou, as vendas de vinhos e as exportações dos mesmos já o justificam. Além do mais, nos dizeres do mesmo, a Agricultura Duriense precisa de ser olhada com maior preocupação porque, nos últimos vinte anos, o Concelho de São João da Pesqueira registou uma quebra de produção de uvas/litros na ordem de 15% (produzia cerca de 22.000.000 de litros e, em 2023 produziu cerca de 18.000.000 de litros), sendo, portanto, falicioso que haja excesso de produção na Região. Por seu turno, referiu que falta é promoção, havendo cativação excessiva de verbas por parte do IVDP, falta de investimento e fiscalização, entre outras coisas. Em jeito de finalização alertou para o

facto de ter que se fazer algum coisa – sugestionando, inclusive, uma Manifestação – (se o panorama não se alterar até à próxima Vindima), uma vez que há agricultores que ainda não haviam recebido dinheiro pela entrega de uvas, as Adeegas (Cooperativas e Privados) estavam com stocks muito elevados, realçando que há muita dificuldade em vender vinhos e, portanto, previa-se que a dificuldade em entregar Uvas (já verificada em 2023) se puderia voltar a verificar já na próxima vindima. Assim, propôs à Assembleia que fossem pensadas e trabalhadas soluções, em conjunto com a CIMDouro e com o tal Grupo de Trabalho, em prol da continuidade da Paisagem e da Vida dos Viticultores Durienses.

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Balça, que começou por cumprimentar todos os presentes e afluíu também o tema da restauração da Casa do Douro, dizendo que se revia nas preocupações da intervenção do Senhor Frederico Selores, questionando quais as atribuições que irão ser dadas à Casa do Douro e se o Agricultor se verá, de facto, representado na Casa do Douro como Associação Pública que venha dar voz e defender os interesses dos Viticultores. No seguimento desta linha de pensamento, e porque a Associação Nacional de Municípios e a CONFAGRI haviam assinado um Protocolo, pediu ao Senhor Presidente da Câmara que informasse a Assembleia acerca do que o mesmo contempla e o que se poderia esperar com a celebração do Protocolo entre a ANM e uma Associação de Agricultores (neste caso, a CONFAGRI).

Direccionando a sua intervenção para a economia do Concelho, o Senhor Balça destacou que o Vinho representava, sem dúvida, uma grande valia económica no Concelho, mas focou também o peso que o Azeite detém na economia dos Agricultores do Concelho, reforçando que havia sido um ano de excelente colheita, quer em qualidade/quantidade, quer no que concerne ao aumento do preço de venda do Azeite dos Produtores. E, em jeito de finalização da sua intervenção, questionou uma vez mais o Presidente do Executivo acerca do assunto da criação da DOP ou, no mínimo, da IGP, pedindo-lhe empenho, uma vez que a criação da DOP era fucral para a Região e para o nosso Azeite.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, de modo a que o mesmo pudesse intervir, respondendo às questões e interpelações que haviam sido feitas.

O Senhor Presidente da Câmara começou por informar que haviam atribuído 92.500 Euros de subsídio de apoio à natalidade aos pais das crianças que o solicitaram e referiu também que o Município tem vindo a disponibilizar, às várias turmas do Agrupamento de Escolas, peças de Teatro, que decorrem no CineTeatro, no âmbito da disciplina de Português. Deu, ainda, informações acerca das Obras da Praça de Ervedosa, da Ferradosa, do Regulamento para atribuição de lotes e fez um ponto de situação quanto ao Projecto IP para a N222 Pesqueira-Pinhão. Adiantou, ainda, que o Município havia sido contemplado, uma vez mais, para desenvolver o CLDS 5G, com verba atribuída de 58.200 Euros. Aludiu, também, à Festa dos Saberes e Sabores, que se encontrava a decorrer e ao Concurso de Pesca que havia atraído muita gente de vários pontos do País ao Concelho de São João da Pesqueira. Referiu, por último, a Montaria ao Javali – que iria ter lugar em Castanheiro do Sul – bem como os mais de

600 inscritos para a Caminhada das Amendoeiras em Flor, assinalando a franca adesão da população aos eventos.

Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Presidente destacou as presenças em certames como a Essência do Vinho do Porto, FITUR (em Madrid), a BTL e a apresentação da VINDOURO 2024 à margem do Turismo Porto e Norte, sublinhando que iriam receber no Stand do Município os embaixadores da China, do México, do Panamá, da Croácia e da Nigéria. Aliás, frisou que o Município tinha estado na Embaixada da China, aquando das Comemorações do 45º Aniversário das relações diplomáticas entre Portugal-China. Por último, e ainda antes de responder às interpelações que haviam sido feitas pelos Deputados Municipais, o Senhor Presidente Manuel Cordeiro salientou a celebração do Dia do Vinho do Porto, que havia decorrido no Museu do Vinho de São João da Pesqueira, tendo destacado a Tertúlia à Mesa, uma espécie de Inter-Profissional, de onde havia resultado um documento de reflexão, que já tinha sido enviado a todas as Entidades com competências nessa matéria.

De seguida, o Senhor Presidente aludiu, respondendo às temáticas e questões trazidas pelos Deputados Municipais, tendo dado nota de que estavam atentos e tinham dado resposta às necessidades da Rede Escolar, muito concretamente à situação verificada no Jardim de Infância do Castanheiro do Sul.

Já no que concerne à Gala de Encerramento do Douro, Cidade Europeia do Vinho 2023, o Senhor Presidente Manuel Cordeiro disse ser da opinião de que há sempre algum impacto com os Eventos, mas neste caso não competia ao Município avaliar o Evento. Não obstante, informou que havia sido tudo pago com dinheiro de fundos europeus.

Em jeito de resposta às intervenções, o Senhor Presidente informou que já tinha um Gabinete de Projectos a elaborar o Projecto de Remodelação da Escola, sendo que o Projecto ronda os 5.000.000 de Euros e caberá à Câmara suportar o IVA do valor do Projecto, que será financiado, se for elegível. Depois, o Senhor Presidente Manuel Cordeiro felicitou a intervenção e reflexão da Senhora Deputada Maria de Lourdes Costa. Agradeceu, ainda, aos Deputados Anabela Sousa e Teófilo Anjos por terem abordado as temáticas do Whorkshop do Autismo e do trabalho desenvolvido pela Protecção Civil, agradecendo os reconhecimentos feitos. Direccionando a sua atenção e discurso para a intervenção do Senhor Frederico Selores, o Presidente da Câmara disse ser apologista de que a Câmara não se deveria envolver em manifestações, mas antes bater-se politicamente pelas questões do Douro, tendo deixado a garantia de que também ele se tem manifestado, opinado, e desafiado os vários interlocutores e agentes económicos da Região para as questões prementes da Economia da Lavoura Duriense, tendo inclusive aludido à sua presença na Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia da República, onde também marcou presença o Autarca de Peso da Régua e, ambos, representaram os 19 Municípios, tendo levado (já por diversas vezes, anteriormente) o Assunto às reuniões da Comunidade Intermunicipal, acerca da Restauração da Casa do Douro como Associação Pública. Não obstante, ressaltou que nunca havia proferido um discurso em prol dos Viticultores (que são os mais prejudicados) indo contra o Comércio. No entanto, disse não ter dúvidas de que quem sofre mais – e quem não está

representada – é a Produção e, sendo assim, concordava com a aprovação da Lei da Restauração da Casa do Douro para defender os viticultores durienses.

Tomou, depois, a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, para explicar a composição, funcionamento e competências da Assembleia Municipal à Turma Escolar que assistia à Sessão. Começou por explicar a sua constituição: a Assembleia é constituída por onze Presidentes de Junta de Freguesia e por quinze membros, que foram eleitos pelo colégio eleitoral do município, ou seja, por quem tem direito a voto, com residência no Concelho. Explicou, pois, que todos os que fazem parte da Assembleia Municipal haviam sido escolhidos, portanto, pelos eleitores do Concelho de São João da Pesqueira. Depois, aludiu ao Regimento, para explicar que existem Regras de funcionamento da Assembleia, sendo que as competências da mesma eram fazer o acompanhamento e a fiscalização da atividade do executivo camarário e dos serviços municipalizados. Assim, tudo o que concerne à prestação do Executivo, passa pela Assembleia, que tem a possibilidade de fiscalizar. Dito de outra forma, os Membros da Assembleia podem pedir ao Executivo camarário informações e documentos que os ajudem a desempenhar a sua tarefa.

Prosseguindo, o Senhor Presidente da Assembleia, explicou que a Assembleia Municipal poderia aprovar, por exemplo, referendos locais sobre temas que possam ser do interesse dos munícipes e, em todas as Sessões, os Deputados fazem a apreciação da informação escrita que o Executivo tem que apresentar à Assembleia, onde está refletida a situação financeira do Município. Explicou, ainda, que a Assembleia também toma posição sobre Relatórios produzidos pelo Executivo (que funciona como uma empresa e, como tal, está sujeita a regras fiscais de obrigatoriedade de ter contabilidade organizada). Explicou que o Executivo produz relatórios, esses relatórios são levados à Assembleia para serem apreciados e, em cada sessão, vai-se tratando de temas diferentes, pese embora não haver em todas as Sessões um relatório para apreciar. Informou, ainda, que a Assembleia pode tomar uma posição sobre os órgãos de poder central (sobre o Governo) e sobre Assuntos que a Assembleia considere que são do interesse para a Autarquia Pesqueirense, sob proposta do Executivo camarário. Relativamente a outras competências, explicou que é a Câmara que propõe à Assembleia determinadas Regras, Regulamentos e Propostas, que têm que ser objeto de apreciação. A Assembleia existe, assim, para dar validade àquilo que é aprovado em Executivo Camarário. E exemplificou: *"estamos a falar dos regulamentos e das taxas municipais. Estamos a falar do Orçamento e do Plano para os próximos anos, em termos daquilo que é a proposta do executivo relativamente àquilo que pretende fazer/executar durante o seu mandato e que pode beneficiar, naturalmente, quem cá vive. As revisões aos próprios orçamentos e aos planos, a aprovação ou autorização para a contratação de empréstimos financeiros à banca, portanto, também vêm à Assembleia Municipal para serem aprovados ou autorizados. A própria organização e/ou reorganização dos serviços municipais e os quadros de pessoal também têm que ser sujeitos à votação da Assembleia. Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens de domínio Público Municipal, ou seja, de casas e/ou terrenos que a Câmara queira adquirir ou queira vender"*.

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que existem dois tipos de Sessões, podendo ser Ordinárias (essas têm meses específicos para serem realizadas) ou

Extraordinárias, se a Câmara tiver um Assunto que queira ver aprovado mais rapidamente, ou se a própria Assembleia ou um conjunto de Cidadãos, entender que há um determinado Assunto que deve vir à Assembleia Municipal. Explicou, ainda, que as Sessões da Assembleia se decompõem em 3 Períodos Independentes ou distintos: o Período de Antes da Ordem do Dia, o Período da Ordem do Dia e o Período de Intervenção do Público. Posteriormente, explicou para que servem.

“O período de antes da ordem do dia destina-se, essencialmente, à aprovação das Atas das reuniões anteriores e ao tratamento de Assuntos de Interesse para o Município, a toda a discussão com intervenções, com a duração máxima de sessenta minutos;

Depois temos o Período da Ordem do Dia, que se destina a fazer a análise, a discussão e aprovação das Propostas que estão na Ordem de Trabalhos;

Por último, o Período de Intervenção do Público, em que o Público presente que pretenda intervir, pode fazê-lo (no final da Sessão) através de requerimento à Mesa, com intervenção limitada a cinco minutos por cidadão;

Para finalizar a intervenção sobre para que serve e como funciona a Assembleia, o Senhor Eduardo Frederico explicou como é que são deliberadas e aprovadas as Propostas na Assembleia: “é feito através da votação dos Membros da Assembleia. Como é que pode ser feita? Ou de braço no ar (sentados ou de pé) ou por escrutínio secreto, através da deposição de votos numa urna”. Posto isto, solicitou à Assembleia que fosse alterada a Ordem de Trabalhos, tendo pedido autorização para que os alunos pudessem fazer Intervenções naquela Assembleia, no Período de Antes da Ordem do Dia. Como ninguém se opôs, abriram-se as Inscrições para que os Alunos presentes se pudessem inscrever e apresentar as questões julgadas pertinentes. Inscreveram-se quatro alunos: A Eduarda Matias, o Lourenço, o Gonzaga e o Daniel. Foi dada a palavra à aluna Eduarda Matias que, aludindo à temática da poluição, propôs que o Município e os Pesqueirenses fizessem algo para diminuir os Plásticos, contribuindo, assim, para um Mundo melhor, com menos poluição.

Foi dada a palavra ao aluno Lourenço, que questionou o Executivo acerca de não existir uma Universidade em São João da Pesqueira.

Foi dada a palavra ao aluno Gonzaga, que interpelou o Executivo para saber há quantos anos estava construído o edifício da Câmara Municipal de São João da Pesqueira.

Foi dada a palavra ao aluno Daniel que quis saber porque é que não há Urgências em São João da Pesqueira.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia agradeu as inscrições e intervenções dos Alunos e concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por agradecer e elogiar as intervenções feitas pelos Alunos e respondeu às interpelações feitas, dizendo que a questão formulada pela Eduarda acerca da problemática do tratamento do lixo e dos plásticos era, deveras, uma situação que também preocupava a Autarquia, dizendo que era importante tratar os lixos para preservar os ecossistemas, sendo que também deveria passar pelos cidadãos a preocupação de separar os lixos, conforme as indicações da Reciclagem. Quanto às questões de não haver Urgências e Universidade em São João da Pesqueira, o Autarca explicou que é preciso haver população e recursos (máquinas e profissionais) em

número suficiente para que ambas sejam realidades sustentáveis. Relativamente aos anos de existência do edifício da Câmara Municipal, o Senhor Presidente estimou que o edifício devia existir há cerca de quarenta anos.

Excepcionalmente, houve ainda lugar às intervenções dos Senhores Vice-Presidente, que abordou o Centro Tecnológico Especializado existente no Concelho como uma espécie de Centro Politécnico, tendo explicado, em síntese, as suas valências e funcionamento, adiantando que o mesmo, além de ajudar a preparar futuros profissionais para vários sectores servia, também, como trampolim para que, depois, os alunos pudessem integrar os Institutos Politécnicos ou Universidades.

Usou também da palavra o Senhor Vereador Vítor Sobral. Começou por cumprimentar os Alunos presentes e disse que as perguntas formuladas e as intervenções dos mesmos tenham ido ao encontro do que se entende como questões cruciais em termos de desenvolvimento e de futuro, nomeadamente as questões do forum Ambiental, salvaguarda da Saúde, pilares basilares da sustentabilidade dos Territórios, uma vez que possibilitam que as pessoas que neles habitam se sintam felizes.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença e participação dos Alunos e as explicações dadas pelo Presidente do Município e pelos Senhores Vereadores, tendo concedido a palavra à Professora que acompanhou os Alunos, que interviu, dizendo: que *"no âmbito do currículo de cidadania e desenvolvimento, nós turma P3 de São João da Pesqueira, tivemos o maior gosto em poder assistir e participar numa Assembleia Municipal nesta instituição pública"* e deixou um agradecimento especial à Câmara Municipal por tão bem os ter acolhido, agradecendo, ainda, a todos os que participaram e *"conseguiram elucidar e ajudar a serem melhores cidadãos no futuro, mais críticos e participativos na construção de uma sociedade mais justa e democrática"*.

Dando seguimento aos trabalhos, passou-se ao Período da Ordem do Dia e o Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as Inscrições para quem quisesse intervir sobre o **Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2022**, tendo-se inscrito o Deputado Joaquim Carvalho para intervir, em seu nome e representação da bancada do PNT, tendo aludido à Tertúlia realizada no âmbito do Dia Internacional do Vinho do Porto, onde tinham marcado presença cerca de quarenta convidados ligados ao sector vinícola e ao eno-turismo, para questionar quais as conclusões tiradas e em que medida as ilações poderiam melhorar a vida dos Pesqueirenses. Depois, na prosecução da sua intervenção, referiu que a natalidade tem vindo a registar valores baixos, desafiando o Município a concretizar mais medidas que estimulem a fixar novos casais, aumentando a natalidade e a frequência das Creches, Pré-Escolar e Escolas do Concelho dos nascituros.

Mudando de tema, o Senhor Deputado Joaquim Carvalho questionou como é que o Município iria aplicar a verba de 169 mil euros da Candidatura (já aprovada) do Radar Social e também perguntou o que iria mudar com a Revisão do Regulamento das Bolsas de Estudo, frisando a criação prevista de um novo prémio e de uma bolsa de estudo premiada pelo Núcleo Empresarial, questionando quais os valores em causa e em que moldes seriam atribuídos. Por último, lembrou a Candidatura ao PRR para a

Requalificação do Centro de Saúde, no valor de 371 mil euros, tendo questionado quais as requalificações que estavam previstas.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que o mesmo pudesse responder às questões colocadas pelo Deputado Joaquim Carvalho, elucidando também os restantes membros da Assembleia.

Relativamente às Conclusões saídas da tertulia aquando do Dia Internacional do Vinho do Porto, o Senhor Presidente disse que tinha sido preparado e distribuído um documento com uma súmula das intervenções e conclusões. Relativamente à natalidade, vales e inscrições das Crianças nas Creches., Pré-Escolar e Escolas, o Senhor Presidente disse ter ideia que a grande maioria as frequentam, até porque residem no Concelho. No que concerne ao Radar Social, esclareceu que as verbas vão servir para pagar a dois técnicos superiores e serão também aplicadas em material para acções de formação, workshops, entre outros. Por último, e respeitante às Bolsas de Estudo, o Senhor Presidente referiu que ainda estavam a estudar o possível aumento das bolsas, quer em valor, quer em número a atribuir, sendo que o valor seria o equivalente a uma Propina anual, que também varia consoante o valor estipulado pelas Universidades. Já no que se referia à requalificação do Centro de Saúde, esclareceu que havia sido atribuída uma verba de 35 mil euros e que o projecto já havia sido entregue ao Gabinete de Projectos, sendo esperada uma intervenção que visava a eficiência energética (isolamento exterior, telhado novo, entrada nova por um hall, novo equipamento informático e também instalação elétrica interior mais leve).

Uma vez terminada a intervenção do Senhor Presidente do Município e não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o primeiro ponto da ordem de trabalhos e abriu o **Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Proposta da 1.ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento**, tendo concedido a palavra ao Senhor Presidente Manuel Cordeiro, de modo a que este pudesse fazer uma breve introdução e explicação do mesmo. O líder do Edil explicou que se tratava de integrar o saldo (85. 8378,00 €) de gerência do ano 2023, reforçando a rubrica de aquisição de Outros Bens, permitindo adquirir diversos equipamentos para o armazém, museu, cinema, atividades, entre outros, de modo a obter o Visto do Tribunal de Contas.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos. Não havendo inscrições, colou-se o Ponto a Votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o **Ponto 3 - Análise, discussão e votação do pedido de declaração de utilidade pública para construção de Posto de Turismo, no lugar de Casais do Douro, Freguesia de Ervedosa do Douro**, tendo concedido a palavra ao Senhor Presidente Manuel Cordeiro, de modo a que este pudesse fazer uma breve explicação do mesmo. O Senhor Presidente da Câmara referiu que, à imagem do que já tinha acontecido em outras ocasiões, sempre que a Câmara pretende fazer uma Expropriação, depende da Fundamentação, explicando que aquela zona sita em Casais tinha um Plano de Pormenor que permite a construção de edifícios, sendo que não necessitava de ir ao Secretário de Estado das autarquias, bastando que a Assembleia aprovasse essa utilidade pública para ser expropriada.

Prosseguiu, explicando que estavam em causa três casas de pequena dimensão, em estado devoluto, localizadas junto à Barraquinha da Associação. Referiu, ainda, que já haviam tentado negociar amigavelmente, mas tal não havia sido possível. Assim, com a votação e aprovação do pedido de utilidade pública pretendia-se dar resposta a um pedido feito pelos residentes, podendo servir para criar um espaço que substitua a barraca da Associação, com WC's públicos, criar talvez um Posto de Turismo, dignificando e embelezando a zona.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos. Inscreveu-se a Senhora Deputada Lourdes Marinho. Esta, por seu turno, interviu dizendo que se devia pensar, talvez, em fazer ali uma casa para alugar, visando a rentabilidade, que pagasse - a seu tempo - o investimento feito pela Câmara Municipal. Depois, também concordou com possível loja/posto de turismo, sugestionando acabar com a barraca da Associação, integrando-a naquele espaço.

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder à intervenção feita anteriormente. O Presidente Manuel Cordeiro considerou pertinente a intervenção e sugestões da Senhora Deputada Maria de Lourdes, dizendo, contudo, que existem dúvidas quanto ao Plano de Pormenor elaborado, em tempos, para Vale de Figueira e Casais, tendo que analisar com os Técnicos se permite ter apenas um piso ou um T2 e, claro, esclareceu e concordou que, se tal for possível, a Câmara tentará rentalizar o Espaço e a Construção.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Ponto a Votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o **Ponto 4 - Análise, discussão e votação do pedido de declaração de interesse público municipal de carácter estratégico - Aldeias da Ferradosa**, tendo concedido a palavra ao Senhor Presidente Manuel Cordeiro, de modo a que pudesse fazer uma introdução explicatória do mesmo. Começou por referir que se devem potenciar locais como a Ferradosa, permitindo construções, investimentos, que alavancam o Turismo. A proposta que havia sido pedida de declarar o Espaço como sendo de interesse municipal de carácter estratégico visava, assim, dar resposta a um pedido feito por Investidores que pretendem fazer nascer naquela zona um Teleférico, entre São Salvador do Mundo e a Ferradosa. Adiantou que essa Empresa já havia, inclusive, iniciado contactos, no sentido de negociar com os proprietários, arrendando e comprando casas de São Xisto e outras casas desabitadas em Vale de Figueira. Pensava-se, assim, que pretenderão fazer um Projecto integrado, onde a Câmara não investirá dinheiro. Concluiu, dizendo que até poderia não resultar em nada, mas a Câmara e o Concelho também não saíam lesados em nada.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos. Inscreveram-se os Senhores Deputados Teófilo Anjos, Frederico Selores e a Senhora Maria de Lourdes Costa.

Foi concedida a palavra ao Senhor Teófilo Anjos que alegou todo o interesse que um projecto dessa natureza teria para o Concelho e para a Freguesia a que preside. Adiantou, inclusive, que já tinha reunido com o responsável pela Empresa, que lhe havia explicado quer a opção de compra das casas ou um contrato de cedência das

casas, por um período compreendido entre trinta a quarenta anos, em que essa Empresa faria a requalificação das Casas e, findo o contrato, entregariam as mesmas aos Proprietários. Isso era algo que também permitia recuperar e dar vivacidade à Aldeia de São Xisto, evitando que as casas e o património ali existente se degradem. Na continuidade da sua intervenção, o Senhor Deputado Teófilo Anjos aludiu ao investimento no Teleférico como sendo um Projecto de Milhões, que dependerá do Parecer de diversas Entidades, lembrando que o local é Património Mundial da UNESCO. Porém, ultrapassados esses “constrangimentos”, disse almejar que o mesmo fosse uma realidade, uma vez que o Concelho teria muito a ganhar em termos de atração turística. Terminou a sua intervenção, deixando um alerta: o Município tem na Ferradosa um edifício em ruínas (a antiga Casa do Vila Real) que deveria disponibilizar a potenciais Investidores que o quisessem reconstruir.

Da mesma maneira, e concordando com a intervenção do seu antecessor, o Deputado Frederico Selores – um confesso defensor acérrimo das potencialidades da Ferradosa – considerou a notícia do potencial Investimento como uma obra fantástica e, nos dizeres do mesmo, a haver enquadramento legal, seria mais um *“cartão de visita para o Concelho, valorizando a paisagem que já existe, que é natural e que está lá presente, e que não vai fugir”* e, portanto, disse apoiar eventuais investimentos que complementem e acrescentem valor aos investimentos já feitos pela Autarquia na Ferradosa.

Usou da palavra a Senhora Deputada Maria de Lourdes para dizer que havia ficado esclarecida com a prévia explicação dada pelo Senhor Presidente, pois quando olhou para a documentação até pensou que o Investidor pudesse ser a Junta de Freguesia de Vale Figueira. Porém, manifestou dúvidas e receava que acontecesse o mesmo que já havia acontecido aquando da manifestação de interesse público para o Investidor do Hotel em Várzeas de Trevões, tendo o resultado (até ao momento) sido nulo. Assim, pediu à Câmara que, se possível amarrasse e responsabilizasse esses potenciais investidores, que são precisos no Concelho e que, certamente, devem ser facilitados e apoiados, mas com exigências. Além do mais, mostrou-se reticente quanto à escolha do local para a instalação do Cabo do Teleférico (junto ao Miradouro do Ermo), por entender que irá contribuir para estragar o embelezamento do Paisagem. Em suma, considerou o investimento como sendo uma mais-valia para Vale de Figueira, mas entendia que o Miradouro – a existir – não deveria ficar instalado naquele lugar por retirar beleza à Paisagem.

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às intervenções feitas anteriormente. O Presidente Manuel Cordeiro reforçou a convicção que o Projecto estava a ser desenvolvido com intenções de ser implementado, até porque a Empresa já tinha o Projecto de Viabilidade Económica e já tinha havido conversações com o Messias e com a Câmara Municipal para ficarem com o Hotel. Havia que ultrapassar, claro, questões relacionadas com Paisagem, Património e Cultura, delinhar entendimentos com a UNESCO, CCDR, etc., mas adiantou que havia entendimento, por exemplo, de que um investimento daquela natureza não feria a Paisagem, antes lhe acrescentava valor patrimonial. No entanto, para a Assembleia, no momento, o que importava era manifestar-se se considerava e entendia o Projecto como relevante, votando e classificando-o como de interesse

público municipal de carácter estratégico. Notou, ainda, que a Empresa não ganha direito nem exclusividade nenhuma e venceu, uma vez mais, que caso o projecto não fosse adiante, o Município não saía lesado, nem havia investido nada.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o **Ponto 5 - Análise, discussão e votação do pedido de declaração de interesse público municipal de carácter estratégico - Construção da Central Solar Fotovoltaica de Riodades** tendo concedido a palavra ao Senhor Presidente Manuel Cordeiro, de modo a que este pudesse fazer breve explicação. O Senhor Presidente da Câmara explicou que a Empresa FINEGE havia dado conta ao município da intenção de construir um Parque Fotovoltaico de 96ha em Riodades, tendo já negociado os terrenos com os privados. Explicou, ainda, que já têm Declaração de Impacte Ambiental e precisam que a Câmara declare que tem interesse municipal em que o projecto seja desenvolvido.

A instalação do parque permitirá ao município candidatar-se ao fundo ambiental, numa verba que rondará os 600/700 mil euros. Para além disso, negociaram com a empresa a contrapartida de 200 mil euros, para ajudar a financiar o novo parque desportivo (onde se situa o campo de 11), um Projecto a desenvolver e para o qual não existem fundos europeus o que, portanto, já estava vertido no acordo, tendo também sido dada essa informação. Concluiu, dizendo que para a declaração de interesse municipal estratégico, teria de se observar o artigo 16 do PDM. Este projeto preenchia, pelo menos, duas premissas do referido artigo: por ser estratégico para a economia municipal, no que que concerne também ao Ambiente e Energias Renováveis, e porque potenciava a criação de postos de trabalho, entre outros.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre o Ponto 5 da Ordem de Trabalhos. Inscreveu-se a Senhora Deputada Anabela Sousa e os Senhores Deputados Frederico Selores e Joaquim Carvalho.

Usou da palavra a Senhora Deputada Anabela Sousa para questionar se em casos semelhantes (ao que se encontrava à discussão e votação) as Juntas de Freguesia são abordadas e tidas em consideração e se há benefícios (monetários e outros) também para as Juntas de Freguesia ou apenas para o Município.

Usou da palavra o Deputado Frederico Selores, considerando importante que exista este interesse das Empresas em investir no Concelho, alertando que não se deverá criar exigências e burocracias, sob pena de se correr o risco das Empresas migrarem para Concelhos vizinhos, devendo, antes, criar condições e ajudá-los nos estudos e em situações de enquadramento legal para que possam desenvolver os seus projectos. Alertou, contudo, que deve haver algum cuidado e atenção com os enquadramentos legais, pois não podemos transformar a Paisagem Vinhateira em Paisagem recheada de Painéis Solares.

Por último, foi concedida a palavra ao senhor Deputado Joaquim Carvalho. Este, por seu turno, considerou bem-vindo tudo o que fosse investimento, deixando ressalvas às questões da preservação da Paisagem, no tocante ao Teleférico e aos Painéis Fotovoltaicos, mas como se trata de Projectos de Investimento de verbas avultadas disse ser a favor que a Assembleia os considerasse como sendo de Interesse Municipal.

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às intervenções feitas anteriormente. Começou por realçar o facto de, independentemente das mais-valias reverterem a favor das Juntas ou do Município, a verdade é que os Projectos e os Investimentos ficam no Concelho e acrescentam valor ao Concelho, sendo isso o mais importante. Esclareceu que o local onde pretendem instalar 96ha de Painéis Fotovoltaicos é uma zona de mata, muito pobre, que até sairá beneficiado. Focou o seu discurso no facto de estarmos na era das energias renováveis e, portanto, sendo a realidade não há como contornar, devendo aproveitar-se oportunidades e, claro, se possível canalizar recursos e apoios financeiros desses investidores para o Desporto e Associações existentes no Concelho.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Ponto a Votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o **Ponto 6 - Análise, discussão e votação da abertura do Procedimento do concurso público internacional para aquisição de Energia elétrica em MT (Média Tensão) BTE (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública) para o ano de 2024 - Constituição de agrupamento de entidades adjudicantes**, tendo concedido a palavra ao Senhor Presidente Manuel Cordeiro, de modo a que pudesse fazer breve explicação.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o último Contrato que havia sido feito tinha expirado no final de 2023, sendo necessário fazer novo Procedimento para o ano em curso.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para quem pretendesse intervir sobre o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos. Não havendo inscrições, colocou o Ponto 6 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o **Ponto 7 - Eleição de um representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ao abrigo da alínea l) do artigo 17.º da Lei de Promoção e Proteção**. O Senhor Presidente da Assembleia explicou que este Ponto da Ordem de Trabalhos visava eleger um Representante para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ao abrigo da Alínea L do Artigo Décimo Sétimo da Lei de Promoção e Proteção, de modo a se proceder à substituição da Comissária Maria Alzira Bastardo Gaspar, que havia terminado o seu terceiro mandato consecutivo. Aproveitou a oportunidade para agradecer, em seu nome pessoal e em nome da Assembleia, à Comissária Maria Alzira, pela sua dedicação, esforço e trabalho desenvolvido. Prosseguiu, explicando que se faria a eleição de acordo com a Lei (estão previstos quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal para a Comissão Alargada da CPCJ) e referiu que havia chegado à Mesa uma Proposta da Bancada do PNT, apontando o nome de Maria Amélia Jesus Figueira e perguntou se havia mais alguma Proposta. Não havendo mais nenhuma Proposta, constituiu-se apenas a Lista A. De imediato foram distribuídos os Votos, procedeu-se à chamada dos Deputados e foi feita a votação por escrutínio secreto, tendo o Senhor Presidente da Assembleia chamado um membro de cada bancada, para se proceder à contagem dos votos. Efetuada a contagem dos Votos, obteve-se o seguinte resultado: 17 votos a favor e 1 voto branco. Foi, assim, eleita a Senhora Maria Amélia de Jesus Figueira como representante da Assembleia na Comissão Alargada da CPCJ.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia disse que tinha dado entrada na Mesa um Pedido de Intervenção do Público e deu a palavra ao inscrito, Senhor Miguel Barreleiro para que pudesse realizar a sua intervenção acerca do alargamento do horário dos estabelecimentos comerciais. O Senhor Miguel Barreleiro começou por alegar que há épocas festivas do ano em que há mais ruído, porque também há mais carros e pessoas nas ruas e, como há mais pessoas, os estabelecimentos ficam abertos até mais tarde porque há público a frequentar os espaços. No entanto, considerou que os inconvenientes não são assim tão grandes para a vizinhança e são superados pelos benefícios para a Economia Local.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que agradeceu a intervenção do Senhor Miguel Barreleiro e salientou que a Assembleia entendeu a questão, que ficou sensível à pretensão apresentada pelos signatários do documento e, ao mesmo tempo, não quer descurar a questão do ruído e dos vizinhos, e referiu que, em conjunto, se iria procurar encontrar um meio-termo, através de uma Proposta, de modo a alterar o Regulamento, publicitá-lo e votá-lo na Assembleia, deixando a promessa de que o assunto seria, brevemente, levado a uma próxima Assembleia, para ser discutido e votado, procurando, certamente, contentar o mais possível todas as partes.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 a fim de terem eficácia externa, tendo sido aprovados por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 17 horas e 30 minutos, agradecendo a presença de todos e desejando que 2024 possa ser um ano de estabilidade e de confiança no futuro, apelando para a participação democrática e consciente nas eleições que se avizinham.

Relembrou que quem necessitasse de justificação de falta se deveria dirigir à Mesa. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata, que depois de lida, foi posta a votação e aprovada por maioria e irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



1.º Secretário

O 2.º Secretário